



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 10830.005539/2004-78  
**Recurso nº** Embargos  
**Acórdão nº** 3801-004.576 – 1ª Turma Especial  
**Sessão de** 11 de novembro de 2014  
**Matéria** Contribuição para o PIS/PASEP  
**Recorrente** FUNDAÇÃO SÍNDROME DE DOWN  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP**

Período de apuração: 01/09/1994 a 30/06/2004

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO. AUSÊNCIA.

Não sendo constada contradição em acórdão proferido, não deve ser reconhecido Embargos de Declaração oposto pelo Recorrente.

Embargos de Declaração Não Conhecido

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, rejeitar os embargos de declaração.

(assinado digitalmente)

Flávio de Castro Pontes - Presidente.

(assinado digitalmente)

Maria Inês Caldeira Pereira da Silva Murgel - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Paulo Sérgio Celani, Cássio Schappo, Marcos Antônio Borges, Maria Inês Caldeira Pereira da Silva Murgel, Paulo Antônio Caliendo Velloso da Silveira e Flávio de Castro Pontes (Presidente).

## Relatório

Trata-se de Embargos de Declaração opostos por Fundação Síndrome de Down, ora Embargante, em face de acórdão proferido por esta Turma de Julgamento, pelo qual se aponta suposta contradição incorrida no julgado.

O processo administrativo teve origem em Pedido de Restituição protocolado em 30 de setembro de 2004, em que a Embargante requereu a restituição de recolhimentos referentes à contribuição para o Programa de Integração Social, entre setembro de 1994 e junho de 2004.

Em julgamento proferido, esta Turma de Julgamento decidiu pelo não acolhimento do Recurso Voluntário, em face da concomitância de processos em que se discute a mesma matéria, este na esfera administrativa e outro na esfera judicial. O julgado recebeu a seguinte ementa:

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP**

*Período de apuração: 01/09/1994 a 30/06/2004*

**RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO. PRESCRIÇÃO.  
INOCORRÊNCIA**

*O prazo para que o contribuinte possa pleitear a restituição de tributo ou contribuição pago indevidamente ou em valor maior que o devido, inclusive na hipótese de o pagamento ter sido efetuado com base em lei posteriormente declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal em ação declaratória ou em recurso extraordinário, extingue-se após o transcurso do prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da extinção do crédito tributário - arts. 165, I, e 168, I, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional).*

**PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. CONCOMITÂNCIA  
COM AÇÃO JUDICIAL.**

*A proposição de ação judicial, antes ou após o início da ação fiscal, importa na renúncia de discutir a matéria objeto da ação judicial na esfera administrativa, uma vez que as decisões judiciais se sobrepõem às administrativas.*

**Recurso Voluntário Não Conhecido**

Foram opostos Embargos de Declaração pela Embargante, como mencionado, com a alegação de que o julgado incorreu em contradição.

É o relatório

## Voto

**Conselheiro Maria Inês Caldeira Pereira da Silva Murgel**

Documento assinado digitalmente em 05/12/2014 11:20:00 UTC-02:00  
Autenticado digitalmente em 05/12/2014 por MARIA INES CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL, Assinado digitalmente em 05/12/2014 por MARIA INES CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL, Assinado digitalmente em 09/12/2014 por FLAVIO DE CASTRO PONTES

Impresso em 11/12/2014 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

Os Embargos de Declaração foram opostos tempestivamente, cumprindo os requisitos de admissibilidade. Portanto, deles conheço.

A contradição do julgado apontada pela Embargante é no sentido de que o julgado, em um primeiro momento, afirma que pedido de restituição refere-se ao período compreendido entre setembro/1994 a Junho/2004 e, por outro lado, em suposta contradição, conclui que há concomitância da matéria com processo judicial proposto pela Embargante, contudo, relativa a período diferente do que discutido na esfera administrativa.

Entretanto, *data venia*, não assiste razão à Embargante. Não há contradição a ser sanada no julgado. Explica-se.

A matéria discutida em ambos os processos, seja neste procedimento administrativo, seja no processo judicial, é referente ao reconhecimento da imunidade da Embargante com relação às Contribuições devidas à Seguridade Social, em face de estar alcançada pela hipótese prevista no art. 195, § 7º, da Constituição Federal.

Ou seja, no processo judicial, o Poder Judiciário foi incitado a declarar ou não se a Embargante faz jus à imunidade alegada, e no presente processo administrativo requereu-se a restituição de créditos tributários sob o mesmo argumento: a suposta imunidade da Embargante.

Não se pode olvidar que, como consignado no acórdão embargado, o que se busca com a declaração de concomitância é “*evitar a existência de decisões contraditórias, sobre a mesma matéria, proferida por diferentes órgãos, razão pela qual adota-se o princípio da jurisdição una, resguardando ao Poder Judiciário a palavra final na resolução de conflitos de cunho jurídico.*”

Ressalte-se, por outro lado, que a Súmula nº 01 deste Conselho Administrativo de Recursos Fiscais é clara ao afirmar que a renúncia da esfera administrativa se dará quando da propositura de ação judicial, “*com o mesmo objeto do processo administrativo*”. No presente caso, seja nesta esfera administrativa ou na esfera judicial, o objeto é o mesmo: imunidade ou não da Embargante com relação às Contribuições devidas à Seguridade Social.

Não há que se falar, assim, em contradição do julgado que reconheceu a concomitância das ações propostas pela Embargante.

Em face do exposto, voto por rejeitar os Embargos de Declaração, uma vez que não há contradição a ser sanada no acórdão embargado.

Maria Inês Caldeira Pereira da Silva Murgel - Relator

CÓPIA

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 05/12/2014 por MARIA INES CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL, Assinado digitalmente em 05/12/2014 por MARIA INES CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL, Assinado digitalmente em 09/12/2014 por FLAVIO DE CASTRO PONTES

Impresso em 11/12/2014 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA